



## PODER

# Governo prepara cerco contra redes sociais

Em reunião com ministros, presidente Lula decide criar proposta para regulamentação das big techs e enviá-la ao Congresso na abertura do ano legislativo, em fevereiro. Medida é reação à decisão da Meta de encerrar a checagem de fatos em suas plataformas

» VICTOR CORREIA

O governo federal prepara um cerco às redes sociais, após mudanças anunciadas pela Meta em sua moderação de conteúdo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu, em reunião com ministros ontem, criar uma nova proposta para regulamentação das plataformas e enviá-la ao Congresso na abertura do ano legislativo, em fevereiro.

Lula autorizou a criação de um grupo de trabalho para tratar do tema e redigir a proposta. Segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o governo não descarta trabalhar em cima de textos que tramitam no Congresso Nacional, como o engavetado Projeto de Lei (PL) das Fake News.

“Assim que o Legislativo voltar, na reabertura dos trabalhos legislativos, nós vamos estar já com a proposta finalizada. Nós queremos atuar rapidamente, em poucos dias, até porque já tem um acúmulo de meses de discussão sobre isso”, declarou o ministro em entrevista coletiva.

Questionado sobre qual será o formato da proposta — se projeto de lei ou medida provisória, por exemplo — Rui Costa não detalhou. “Vamos procurar os líderes e os presidentes das duas Casas para dialogar sobre qual é o melhor formato (para a proposta)”, acrescentou. O ministro admitiu também a possibilidade de o governo trabalhar em textos que estão em tramitação.

O PL 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News, foi apreciado pelo Congresso em 2023. Sofreu, porém, forte resistência das big techs. A própria Meta, assim como o Google, encabeçaram uma campanha contra o texto. O Google até incluiu em sua página inicial de buscas um link para texto, acusando o projeto de prejudicar o combate à disseminação de mentiras. Outra plataforma, o Telegram, usou seu aplicativo para enviar

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula na reunião com ministros no Palácio do Planalto: chefe do Executivo autorizou a criação de um grupo de trabalho para tratar do tema e redigir um projeto

mensagens em massa a todos os usuários com informações falsas sobre o projeto de lei.

Após o encontro, Lula comentou no X (antigo Twitter) que “as mudanças na política de checagem de fatos e notícias falsas podem afetar crianças, adolescentes e mulheres, por exemplo”. “Todas as empresas que atuam no país precisam respeitar a legislação e a jurisdição brasileiras”, enfatizou.

O grupo de trabalho será composto pela Advocacia-Geral da União (AGU), pela Controladoria-Geral da União (CGU), pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) e pela Secretaria de Relações Institucionais (SRI), entre outros órgãos do governo.

Até o momento, não há definição sobre quais medidas

concretas o governo federal defende na regulamentação das redes. Em linhas gerais, porém, o objetivo é equiparar as regras e punições entre quem comete crimes na “vida real” e no ambiente digital.

A reunião de ontem foi convocada por Lula após a Meta, empresa dona das plataformas Instagram, Facebook e WhatsApp, anunciar mudanças profundas em sua política de moderação de conteúdo. Um dos recursos que serão removidos é a checagem de fatos por agências especializadas, substituída por um sistema de “notas da comunidade”, em que qualquer usuário pode contestar a veracidade de uma publicação.

Além disso, a empresa já cortou medidas que protegiam



Assim que o Legislativo voltar, na reabertura dos trabalhos legislativos, nós vamos estar já com a proposta finalizada. Nós queremos atuar rapidamente, em poucos dias, até porque já tem um acúmulo de meses de discussão sobre isso”

Rui Costa,  
ministro da Casa Civil

comunidades vulneráveis. Uma das mudanças removeu foi a proibição de classificar pessoas LGBTQIA+ como “doentes mentais”. Outra decisão revogou a proibição de chamar mulheres de “objetos domésticos”. Na prática, a Meta voltou a permitir a circulação de conteúdos de ódio.

Rui Costa criticou a atitude da empresa. “Impacta as crianças, quando se fala de conteúdo impróprio. Tráfico de crianças. Impacta a segurança pública, quando se trata de informações que dizem respeito à segurança das pessoas, tráfico humano, e outros crimes”, comentou.

Ele reforçou o recado do chefe do Executivo de que o país não vai aceitar que empresas violem a legislação brasileira. “O presidente foi claro, na reunião, ao

dizer que não abrirá mão da soberania do país. Toda e qualquer empresa, nacional e multinacional, grupo de comunicação nacional ou internacional, terá que respeitar o arcabouço legal brasileiro e terá de respeitar a Justiça brasileira”, enfatizou.

Participaram do encontro, também, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho; o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias; o futuro ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira; o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan; entre outras autoridades do Executivo.

Também ontem, a AGU fixou prazo de 72 horas para que Meta explique que mudanças impactarão o Brasil (leia reportagem na página ao lado).

## Apoio europeu contra fake news

Além de medidas internas a respeito das redes sociais, o governo federal busca apoio de países da União Europeia, que estão entre os maiores defensores da regulamentação das redes sociais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, ontem, um telefonema do presidente da França, Emmanuel Macron. Na conversa, ambos admitiram que Brasil e Europa devem agir juntos no combate à desinformação.

“Eles concordaram que liberdade de expressão não significa liberdade de espalhar mentiras, preconceitos e ofensas”, disse nota emitida pelo Planalto sobre a ligação entre os chefes de Estado. “Ambos consideraram positivo que Brasil e Europa sigam trabalhando juntos para impedir que a disseminação de fake news coloque em risco a soberania dos países, a democracia e os direitos fundamentais de seus cidadãos”, acrescentou.

Lula elogiou a postura do governo francês após o anúncio da

Meta. A gestão de Macron afirmou que permanecerá vigilante para que a empresa e todas as outras plataformas sigam a regulamentação europeia. Macron, por sua vez, reforçou o convite para que o petista visite a França em junho e compareça à Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos.

Em paralelo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que está em Paris, reuniu-se, ontem, com seu homólogo francês, Gérald Darmanin, para tratar da cooperação entre Brasil e França no combate à desinformação.

Na quarta-feira, a França expressou sua preocupação diante da decisão da Meta de suspender seu programa de checagem de fatos. “A liberdade de expressão, direito fundamental protegido na França e na Europa, não pode ser confundida com um direito à viralidade que autorizaria a difusão de conteúdos não confirmados (inautênticos) que chegariam

AFF



O presidente francês, Emmanuel Macron, conversou com o chefe de Estado brasileiro por cerca de meia hora

a milhões de usuários sem filtro nem moderação”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da França em um comunicado, na ocasião.

“A França se manterá vigilante

para garantir que a Meta e outras plataformas cumpram com suas obrigações de acordo com as legislações europeias, e em particular com a Lei de Serviços Digitais (DSA)”, acrescentou o porta-voz.

De acordo com a França, essas normas são “parte integral do bom funcionamento democrático da UE, e para proteger nossos cidadãos da interferência estrangeira e da manipulação da informação”.

### Memória

## Bloqueio da rede X

O Brasil ganhou protagonismo mundial sobre a questão das plataformas digitais em agosto de 2024, quando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o bloqueio do acesso à rede X por 40 dias em todo o país por desobedecer as ordens judiciais relacionadas com o combate à desinformação.

Na quarta-feira, no aniversário de dois anos dos ataques golpistas às sedes dos Três Poderes, em Brasília, Moraes alertou que as redes sociais “só continuarão a operar se respeitarem a legislação brasileira, independentemente de bravatas de dirigentes irresponsáveis das big techs”.